

TRATAMENTO DOS DESVIOS ORTOGRÁFICOS MAIS RECORRENTES DE ALUNOS DA EJA SEMIPRESENCIAL

Érika Karla Almeida da Silva¹
Eduardo Fernandes da Silva Alves²

RESUMO

Em sala de aula, os alunos apresentam muitas dificuldades acerca do domínio das normas ortográficas que muitas vezes se justificam por fenômenos fonológicos. Sendo assim, neste trabalho nos propomos a observar tais fenômenos a fim de compreender melhor o uso da língua por parte dos alunos e pensar, a partir de suas necessidades, numa proposta didática mais significativa e reflexiva, objetivando o desenvolvimento da competência linguística. A pesquisa foi desenvolvida com alunos de uma turma única da Educação de Jovens e Adultos semipresencial dos anos finais do Ensino Fundamental e Ensino Médio de uma escola da rede pública estadual. O procedimento didático utilizado como instrumento para coleta de dados foi a produção de atividades escritas pelos alunos e a identificação dos desvios ortográficos mais recorrentes nos textos. Trata-se de uma pesquisa aplicada, por ser orientada para a prática, visando resultados que possam ser implementados; e qualitativa, por buscar compreender fenômenos, no caso, os fenômenos fonológicos. Partindo de uma perspectiva sócio linguística da variação fonológica, nos fundamentamos em autores como Paula (2021), Morais (2009) e Roberto (2016) para analisarmos o corpus obtido. Numa tentativa de abordagem geral dos desvios categorizados nas produções escritas dos alunos, eles foram tratados como metaplasmos que são fenômenos bastante comuns na língua falada e escrita e podem ocorrer por adição, supressão, substituição ou repetição de sons e letras. Diante dos problemas detectados com a pesquisa, constatamos que os alunos cometem os mais diferentes desvios por motivações das mais diversas naturezas de ordem fonológica e que um olhar atento a isso pode promover um ensino mais reflexivo e sistematizado da norma ortográfica da língua portuguesa nas salas de aula da Educação Básica, desenvolvendo a consciência fonológica e ortográfica dos educandos e contribuindo de fato para a competência linguística de sujeitos ativos.

Palavras-chave: Fenômenos fonológicos, Desvios ortográficos, Proposta didática, Ensino reflexivo, Competência linguística.

INTRODUÇÃO

A aprendizagem da escrita na Educação de Jovens e Adultos representa um dos maiores desafios contemporâneos da prática docente, sobretudo porque envolve sujeitos que carregam histórias de vida marcadas pela exclusão educacional, pelo trabalho precoce e pela interrupção dos estudos. O retorno à escola, muitas vezes, acontece em um contexto

¹ Mestrando do Curso PROFLETTRAS da Universidade Federal - UFPB,, erikakarlaalmeida@email.com;

² Mestrando do Curso PROFLETTRAS da Universidade Federal - UFPB, eduardofernandes433@email.com;



de desmotivação e insegurança quanto às próprias capacidades de aprender. Nesse cenário, o ensino da língua portuguesa assume papel essencial, uma vez que a escrita é o principal instrumento de inserção social, de exercício da cidadania e de desenvolvimento da autonomia intelectual.

Além disso, a escrita na EJA não se limita ao domínio técnico da ortografia, mas envolve também aspectos afetivos e motivacionais. Muitos alunos carregam lembranças de frustrações escolares, o que exige que o professor adote estratégias que valorizem o progresso individual e a construção de autoestima em relação à própria produção escrita. Nesse sentido, a prática pedagógica deve contemplar experiências significativas e contextualizadas, que conectem a aprendizagem à vida cotidiana dos estudantes, reforçando a função social da língua.

A EJA, de acordo com as Diretrizes Nacionais (BRASIL, 2023), tem o compromisso de garantir o direito à educação ao longo da vida, respeitando o ritmo e a experiência dos educandos. Para tanto, é preciso compreender que a aprendizagem da escrita não é apenas a apropriação de códigos, mas um processo cognitivo e sociocultural que envolve o reconhecimento da língua como prática social e identitária. Como aponta Bortoni-Ricardo (2008), a língua é um marcador de pertencimento, e a escola deve acolher as diferentes formas de falar como ponto de partida para o aprendizado da norma escrita.

O ensino da escrita, nesse contexto, precisa também considerar a diversidade linguística dos alunos, incluindo variações regionais e culturais, que muitas vezes se refletem nos desvios ortográficos. Ao reconhecer essas formas como legítimas, o professor não apenas respeita a identidade dos estudantes, mas cria condições para que eles compreendam e internalizem gradualmente as normas da escrita padrão.

No caso da ortografia, percebe-se que o ensino tradicional — centrado na repetição e na memorização de regras — tem se mostrado ineficaz, sobretudo para estudantes da EJA, que trazem consigo uma forte marca da oralidade. O ensino da ortografia deve ultrapassar o modelo prescritivo e se converter em prática reflexiva, voltada à compreensão das regularidades e irregularidades do sistema gráfico, como propõe Moraes (2009). Essa abordagem, além de promover maior autonomia, contribui para o desenvolvimento da consciência metalinguística, permitindo aos alunos perceberem padrões e exceções da língua escrita de forma crítica.

Os desvios ortográficos identificados nas produções dos alunos da EJA revelam muito mais do que a ausência de domínio das normas: são manifestações linguísticas

legítimas que refletem processos fonológicos, cognitivos e socioculturais. Segundo Bagno (1999), reconhecer a variação linguística é reconhecer o direito à palavra. Assim, esta pesquisa busca compreender como esses fenômenos ocorrem e de que forma o professor pode utilizá-los como ponto de partida para o desenvolvimento da consciência fonológica e ortográfica dos alunos.

Este estudo justifica-se pela necessidade de repensar o ensino da língua portuguesa na EJA a partir da realidade dos sujeitos aprendizes. Com base em dados empíricos coletados em uma turma de EJA Semipresencial, o trabalho analisa os desvios ortográficos mais recorrentes e propõe estratégias didáticas que favorecem um aprendizado mais significativo, capaz de relacionar fala e escrita de maneira contextualizada e crítica. A pesquisa, portanto, não apenas contribui para a literatura acadêmica, mas oferece subsídios concretos para a prática docente, apontando caminhos para a construção de uma alfabetização funcional e inclusiva.

METODOLOGIA

A pesquisa foi realizada na Escola Estadual Professor Geraldo Lafayette Bezerra, instituição da rede pública estadual situada em João Pessoa (PB), reconhecida por ofertar a modalidade EJA presencial e semipresencial. O estudo concentrou-se em uma turma única da EJA Semipresencial, composta por estudantes dos Anos Finais do Ensino Fundamental e do Ensino Médio, cujos perfis variavam entre jovens trabalhadores e adultos que retornaram aos estudos após longos períodos de afastamento. Essa diversidade de experiências e trajetórias tornou o contexto particularmente propício para investigar como as dificuldades de escrita se manifestam e como podem ser trabalhadas de maneira contextualizada.

De natureza aplicada e abordagem qualitativa, a pesquisa buscou compreender os fenômenos linguísticos que interferem na escrita dos alunos e como a reflexão fonológica pode auxiliar na superação dessas dificuldades. A escolha de um estudo qualitativo permitiu observar nuances da produção escrita que dificilmente seriam captadas por análises quantitativas puras, possibilitando a compreensão do processo de aprendizagem como algo dinâmico e influenciado por fatores sociais, culturais e emocionais.

O corpus foi constituído por 27 produções textuais escritas e nove gravações de leitura dos próprios textos, utilizadas para observar correspondências entre fala e escrita. Essa combinação de dados permitiu identificar padrões fonológicos e ortográficos, além



de fornecer elementos para compreender as estratégias cognitivas utilizadas pelos alunos na construção da escrita. A análise das leituras revelou, por exemplo, que muitos desvios ortográficos correspondiam a pronúncias regionais ou a processos de simplificação articulatória comuns em falantes da língua portuguesa.

As atividades foram desenvolvidas em três etapas: (1) produção de relatos pessoais, permitindo aos alunos expressarem experiências e vivências individuais; (2) reflexões escritas sobre obras de Vik Muniz e Sebastião Salgado, promovendo a integração entre linguagem visual e textual; e (3) produção de um texto dissertativo-argumentativo sobre preconceito racial, incentivando a articulação de argumentos e a construção de senso crítico. Essas produções integraram o projeto “Identidade e etnias: um despertar para a realidade do racismo estrutural através da voz negra”, garantindo que os temas tratados fossem próximos da realidade social dos estudantes e estimulassem engajamento e reflexão.

O processo analítico ocorreu em três fases: a identificação dos desvios ortográficos; a categorização conforme os processos fonológicos (apagamento, adição, substituição, nasalização, entre outros); e a quantificação e interpretação dos dados. Esse procedimento possibilitou não apenas mapear padrões de erro, mas também compreender as estratégias cognitivas utilizadas pelos alunos para escrever palavras desconhecidas ou complexas. A partir dessa análise, elaborou-se uma proposta de intervenção didática voltada à consciência fonológica e à reflexão sobre a escrita, demonstrando a relevância de práticas pedagógicas ativas e contextualizadas para o público da EJA.

REFERENCIAL TEÓRICO

A escrita, segundo Vygotsky (1991), é uma função psicológica superior que se desenvolve socialmente, a partir das interações entre o sujeito e o meio. Essa concepção dialoga diretamente com o ensino da língua portuguesa na EJA, uma vez que os alunos trazem consigo repertórios linguísticos formados nas práticas orais cotidianas. A interação social, portanto, torna-se fundamental para a internalização de regras ortográficas e para o desenvolvimento da consciência metalinguística, pois permite que os alunos comparem formas de escrita e reconheçam padrões.

Nesse sentido, compreender a relação entre oralidade e escrita é fundamental para o desenvolvimento da competência linguística e comunicativa. A oralidade serve como ponto de partida para a aprendizagem da norma escrita, e os desvios ortográficos devem



ser entendidos como hipóteses de escrita que refletem a tentativa do aluno de transpor a fala para o papel. Essa abordagem rompe com visões tradicionalmente corretivas, permitindo que o ensino seja mais inclusivo e sensível às experiências prévias dos alunos.

A Fonologia, conforme Cristófar-Silva (2013), estuda o modo como os sons são organizados em cada língua, e seu conhecimento é essencial para o ensino da ortografia, pois revela as regularidades que ligam os sons às grafias. Por meio da fonologia, o professor pode identificar padrões de erros, como o apagamento de consoantes em posição final, a nasalização de vogais e a confusão entre fonemas de sons próximos, interpretando-os como processos cognitivos naturais de aprendizagem da escrita.

Já a Sociolinguística, representada por Bortoni-Ricardo (2008) e Bagno (1999), propõe a valorização das variações linguísticas como expressões legítimas da identidade dos falantes, rompendo com visões normativas e excludentes de “erro linguístico”. Essa perspectiva permite que o ensino da língua portuguesa na EJA seja centrado no aluno, considerando suas experiências de vida, regionalismos e formas de falar que refletem seu pertencimento cultural.

Morais (2009) enfatiza que o ensino da ortografia deve se pautar no reconhecimento das regularidades e irregularidades do sistema, evitando práticas meramente corretivas. Para ele, a aprendizagem da escrita passa pelo desenvolvimento da consciência fonológica, entendida como a capacidade de refletir sobre os sons da fala e relacioná-los com suas representações gráficas. Paula (2021) reforça essa ideia ao defender que os desvios ortográficos são indicadores de hipóteses de escrita em construção, devendo ser tratados como parte do processo de aprendizagem.

Além disso, a Base Nacional Comum Curricular (BRASIL, 2018) orienta que o ensino da língua portuguesa deve contemplar práticas de reflexão sobre a língua, considerando a diversidade cultural e linguística do país. Essa abordagem é essencial para a EJA, que lida com um público heterogêneo e requer metodologias ativas e contextualizadas.

A articulação entre Fonologia e ensino da ortografia possibilita compreender que os fenômenos de apagamento, inserção, nasalização e palatalização não são “erros” arbitrários, mas manifestações previsíveis dentro de um sistema linguístico coerente. O papel do professor, portanto, é transformar esses fenômenos em oportunidades pedagógicas, conduzindo os alunos à percepção das relações entre fala e escrita e, assim, ao domínio consciente da norma ortográfica. Adicionalmente, práticas colaborativas,



como revisão entre pares e jogos de palavras, podem ampliar significativamente a compreensão metalinguística e fortalecer a confiança dos estudantes na própria escrita.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise das 27 produções escritas revelou 109 desvios ortográficos, organizados em 21 categorias. Dentre elas, destacam-se:

- **Concorrência de grafemas para representar a fricativa alveolar surda /s/ (18 ocorrências):** casos como *comesei*, *adolesente* e *ressiclagem*, que evidenciam a dificuldade dos alunos em distinguir entre os diversos grafemas possíveis para o mesmo som (s, ss, c, ç, sc, x, z). Esse fenômeno demonstra a importância de atividades que trabalhem a percepção auditiva dos sons da língua e sua correspondência gráfica.
- **Apagamento de /r/ em coda final (apócope) (18 ocorrências):** exemplos como *faze*, *trabalha*, *sofre* e *alegra*, motivados pela economia articulatória e pela correspondência com a fala cotidiana. Esse tipo de erro indica a interferência direta da oralidade na escrita e reforça a necessidade de reflexões metalinguísticas sobre os sons finais das palavras.
- **Nasalização e desnasalização (10 ocorrências):** como em *muinto*, *inprego* e *neum*, revelando influência da fala regional e da variação linguística local. Reconhecer essas diferenças é fundamental para que o ensino da ortografia não se limite a uma norma homogênea, mas valorize a diversidade linguística.
- **Alçamento vocálico e hipercorreção (11 ocorrências):** casos como *inprego*, *falecimento*, *menha* e *discriminação*, que demonstram tentativas de adequação à norma escrita. Esses desvios revelam a preocupação do aluno em “escrever certo”, mas sem compreensão plena das regras, evidenciando a importância de estratégias reflexivas e contextualizadas.
- **Aférese e síncope (18 ocorrências):** exemplos como *tava*, *pra* e *dedição*, que refletem a omissão de segmentos sonoros comuns na oralidade. Esse tipo de fenômeno mostra que a aprendizagem da escrita deve considerar a relação entre economia articulatória e representação gráfica.

Os resultados apontam que os desvios não são aleatórios, mas obedecem a padrões sistemáticos que evidenciam o funcionamento fonológico da língua. Segundo Paula (2021), a análise dos desvios é uma ferramenta pedagógica valiosa, pois permite



identificar lacunas no processo de aprendizagem e planejar ações didáticas contextualizadas. Além disso, esses padrões evidenciam que os alunos estão, na verdade, construindo hipóteses sobre a escrita, um processo natural e esperado no desenvolvimento da alfabetização, especialmente em contextos de retomada escolar.

Com base nessas observações, foi elaborada uma proposta de intervenção didática para desenvolver a consciência fonológica dos alunos, composta por:

1. **Atividades de escuta e comparação:** análise de pronúncias e identificação de sons ausentes ou acrescidos, estimulando percepção fonológica e atenção às diferenças sonoras.
2. **Jogos linguísticos e ditados entre pares:** promovendo reflexão sobre as regras ortográficas e a percepção crítica da própria escrita e da dos colegas, fortalecendo o aprendizado colaborativo.
3. **Caça-palavras e dinâmicas com música:** ampliando o repertório lexical e associando sons e grafias de maneira lúdica e significativa.
4. **Produções textuais colaborativas:** os estudantes revisam textos uns dos outros, analisando grafias divergentes e discutindo hipóteses de escrita, transformando o “erro” em oportunidade de aprendizagem.

Essas atividades mostraram-se eficazes para estimular o raciocínio metalinguístico, a autonomia e a confiança dos alunos. Observou-se que, ao relacionar fala e escrita de forma contextualizada, os estudantes se tornaram mais atentos às regularidades ortográficas e mais motivados a revisar suas próprias produções.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa evidenciou que os desvios ortográficos observados nas produções dos alunos da EJA estão diretamente relacionados a fenômenos fonológicos e à interferência da oralidade. Os resultados confirmam que a escrita na EJA não pode ser tratada apenas como reprodução de regras normativas, mas como um processo cognitivo e sociocultural que integra fala, percepção auditiva e reflexão metalinguística.

O estudo reforça a necessidade de um ensino da ortografia que vá além da memorização de regras, priorizando o diálogo entre fala e escrita e o reconhecimento da diversidade linguística. Ao compreender os processos fonológicos subjacentes aos desvios, o professor pode planejar intervenções pedagógicas mais assertivas, promovendo atividades que transformem o “erro” em ponto de partida para o aprendizado. Essa



abordagem contribui para a valorização da identidade linguística dos alunos e fortalece a confiança em sua própria capacidade de escrever.

Além disso, a pesquisa evidencia que estratégias didáticas contextualizadas, como jogos, atividades de escuta, análises de textos e produção colaborativa, são eficazes na construção de uma consciência ortográfica e fonológica mais consistente. Tais práticas incentivam a autonomia do aprendiz, estimulam a reflexão crítica e favorecem o protagonismo estudantil, elementos fundamentais para o sucesso educacional na EJA.

Conclui-se que a articulação entre Fonologia e ensino da ortografia representa um caminho promissor para tornar o aprendizado da escrita mais inclusivo, significativo e coerente com a realidade dos estudantes. Recomenda-se a ampliação de pesquisas nessa área, bem como a implementação de práticas pedagógicas interdisciplinares que considerem a diversidade linguística, promovam a interação social e favoreçam a construção de competências comunicativas sólidas. Dessa forma, a EJA pode cumprir seu papel de garantir o direito à educação ao longo da vida e contribuir efetivamente para o desenvolvimento da cidadania e da autonomia intelectual dos alunos.

REFERÊNCIAS

BAGNO, M. Preconceito linguístico: o que é e como se faz? São Paulo: **Loyola**, 1999.

BORTONI-RICARDO, S. M. O professor pesquisador: introdução à pesquisa qualitativa. 2. ed. São Paulo: **Parábola Editorial**, 2008.

BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular – Língua Portuguesa. Brasília: **MEC**, 2018.

BRASIL. Diretrizes Operacionais das Escolas da Rede Estadual de Educação da Paraíba. **Secretaria de Estado da Educação**, 2023.

BRASIL. Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 10 jan. 2003.

CRISTÓFARO-SILVA, T. Fonética e fonologia do português: roteiros de estudos e guias de exercícios. 10. ed. São Paulo: **Contexto**, 2013.

MORAIS, A. G. Ortografia: ensinar e aprender. 5. ed. São Paulo: **Ática**, 2009.

PAULA, A. C. de. Tratamento dos desvios ortográficos mais recorrentes de alunos do 9º ano do Ensino Fundamental. Fortaleza: **UFC**, 2021.



RIBEIRO, D. Pequeno manual antirracista. São Paulo: **Companhia das Letras**, 2019.

SILVA, J. E. M. D. Apagamento por apócope do rótico /r/ em verbos no infinitivo na escrita de alunos do 6º ano do ensino fundamental: uma proposta de intervenção fonológica. Guarabira: **UEPB**, 2024.

